

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.724 - MS (2020/0270505-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BRUNO ALCIDES DOS SANTOS CABRAL
ADVOGADOS : GUILHERME FERREIRA DE BRITO - MS009982
HENRIQUE DA SILVA LIMA - MS009979
PAULO DE TARSO AZEVEDO PEGOLO - MS010789
HEBERTH SARAIVA SAMPAIO - MS014648
AGRAVADO : MARCOS FARIAS DA SILVA
ADVOGADOS : ELIANE RITA POTRICH - MS007777
SERGIO HENRIQUE DOS SANTOS BECKER - MS016485

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por BRUNO ALCIDES DOS SANTOS CABRAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM AÇÃO MONITÓRIA - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRELIMINAR DE NULIDADE DE CITAÇÃO – REJEITADA – MÉRITO - ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO – AUSÊNCIA DE EMBARGOS MONITÓRIOS – TERCEIRO PORTADOR DO TÍTULO PRECEDIDO DE BOA-FÉ - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, alega o recorrente violação do art. 1.022, II, porque omissa a decisão recorrida sobre os arts. 242, 280, 783 e 803 do CPC, trazendo os seguintes argumentos:

Impende dizer que o decisum proferido no agravo de instrumento foi omissa quanto à manifestação acerca dos artigos acima referidos, estes que foram invocados no recurso retro.

Entretanto, inobstante o recorrente tenha interposto embargos de declaração para sanar a mácula no julgado, a Corte Estadual não tratou de tais normas, alegando que a ausência de menção expressa sobre os dispositivos legais não caracteriza omissão no julgado, a ser solucionada no recurso, especialmente quando há a apreciação de toda matéria questionada no recurso.

Em sendo assim, não há outro caminho a ser tomado senão reconhecer a violação do artigo 1022, inciso II, haja vista não suprida a omissão suscitada pelo recorrente nos seus aclaratórios, deixando de apreciar os artigos 242, 280, 783 e 803, todos do

CPC, os quais poderiam, de fato, informar a conclusão adotada pelo julgador quando da apreciação do agravo interposto pelo recorrente. (fls. 1142).

Em relação à segunda controvérsia, sustenta contrariedade dos arts. 242, caput, e 280 do CPC, diante da nulidade da citação, afirmando:

A controvérsia temática que suscita reparo na via Especial cinge-se no fato do Tribunal local não ter agido com o acerto costumeiro ao negar provimento ao Agravo de Instrumento interposto pelo recorrente, inobstante patente nos autos que a assinatura constante do AR de fl. 87 (fl. 78 da origem) não saiu do punho escritor deste suplicante, sendo gritante a diferença entre esta e aquela apostada nos documentos de fls. 152,153/154,503,752/755 (fls. 142, 144/145, 503, 743/746 da origem), mostrando-se, aliás, desnecessária perícia grafotécnica para apurar a divergência. Aliás, consoante fl. 1021 (fl. 1012 da origem), o recorrente, à época do recebimento da citação, sequer residia no local onde foi recebido o AR, sendo certo que sequer a assinatura coincide com aquelas praticadas por ele, fato inobservado pela Corte Estadual.

Ora, d. julgadores, a par dessas considerações, não procede a sustentação feita no acórdão vergastado quanto à ausência de indício mínimo de prova material que demonstre a falsidade da assinatura apostada no AR em questão, sendo clarividente a discrepância entre a rubrica constante neste documento e aquelas exaradas nos aludidos documentos de fls. 152/154, 503, 752/755. Assim considerado, é evidente que não houve a citação pessoal do recorrente no âmbito da ação monitória e, por conseguinte, não pode ser tomada como válido o processual em questão, sendo certo que o entendimento esposado no decisum vergastado em sentido contrário vulnera as normas legais dos artigos 242, caput, e 280, ambos do Código de Processo Civil. Frisa-se que, a teor do citado artigo 280, as citações são nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, que, in casu, seria a citação pessoal do recorrente, o que incorreu, o que faz exsurgir a nulidade do ato. Logo, estando o acórdão recorrido em dissonância com texto de lei e com o entendimento perfilhado por este C. Superior Tribunal de Justiça, deve ser provido o presente Recurso Especial. (fls. 1142/1143).

Sobre a terceira controvérsia, afirma terem sido malferidos os arts. 783 803 do CPC, diante da nulidade da execução, porque o título executivo não preenche todos os requisitos legais, aduzindo:

Caso superada a questão aduzida no tópico precedente, de igual sorte, deve ser provido o presente recurso, porquanto não agiu com acerto o tribunal a quo ao deixar de declarar a nulidade da

execução, mesmo quando patente a inexistência de título executivo. Diz-se isso porque o cheque n° 010002 é fruto de operação fraudulenta e já foi declarado inexigível pelo banco emissor nos Autos n° 0029505- 47.2012.8.12.0001, como se vê do print a seguir: (...) (fls. 1143).

Vê-se, portanto, que não persiste a necessidade de dilação probatória, como assinalado pelo E. Tribunal de Justiça, podendo, neste caso, em sede de exceção de pré-executividade, ser reconhecida a inexigibilidade na formação do título executivo apresentados nos autos (cheque). Ressalta-se, outrossim, que a inexigibilidade desse título não pode ser levantado pelo recorrente em sede de embargos monitórios justamente porque não foi ele quem recebeu o AR da citação, razão pela qual arguiu a nulidade deste ato apenas no âmbito do cumprimento de sentença, quando, de fato, tomou ciência de todo o ocorrido e da cobrança do crédito pelo recorrido. (fls. 1143).

Daí porque, evidenciado que a execução não está lastreada em título executivo dotado dos requisitos dos aludidos artigos 783 e 803, impunha-se que a Corte Estadual reconhecesse a nulidade da execução, o que não se deu e, neste caso, há claro malferimento aos dispositivos legais retrocitados, os quais estabelecem que a execução para cobrança de crédito deve fundar-se sempre em título de obrigação, certa, líquida e exigível e, caso o título não possua tais atributos, é nula a execução. Nesse diapasão, se o E. TJMS manteve a r. sentença, inobstante as circunstâncias acima, é certo houve ofensa aos dispositivos legais acima referidos, o que deve ser reconhecido por esta C. Corte Superior e, assim, declarada a nulidade da execução, que há muito vem trazendo prejuízos ao recorrente, ainda que inexigível a dívida cobrada na cártula. (fls. 1144).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”), uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação do art. 1.022 do CPC de 2015, sem, contudo, demonstrar especificamente a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF”. (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og

Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.466.877/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 12/5/2020; AgInt no REsp n. 1.829.871/MG, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 20/2/2020; REsp n. 1.838.279/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 28/10/2019; e REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018.

Em relação à segunda controvérsia, extrai-se do acórdão recorrido:

O recorrente suscita preliminar de nulidade da citação ocorrida nos autos da ação monitória, posto que a carta foi recebida por terceira pessoa. Contudo, sem razão.

Compulsando os autos, denota-se que o recorrente assinou o aviso de recebimento da citação por correio, tomando ciência do feito ajuizado contra ele, não havendo qualquer nulidade a ser declarada no caso.

O fato da assinatura constante do aviso de recebimento da carta citatória não ser igual aos documentos que instruíram os autos, não se revela suficiente, por si só, para afastar a autenticidade da assinatura, até porque nada impede que o recorrente lance assinaturas diversas.

Ademais, o recorrente não juntou nenhum indício de prova material que pudesse, minimamente, demonstrar uma possível falsidade de assinatura, ônus que lhe incumbia nos termos do art. 373, II, do Código de Processo Civil, não havendo que se falar, portanto, em nulidade da citação. (fl. 1112)

E quanto à terceira controvérsia, a Corte Local assim se pronunciou:

No caso, o agravante defende que o título em comento é inexigível, porquanto a lâmina de cheque é fruto de operação fraudulenta reconhecida pelo próprio banco emissor, por meio de acordo celebrado nos autos n. 0029205-47.2012.8.12.0001 movida pelo recorrente em face do Banco Santander.

Ocorre que tal alegação, que se traduz na ausência de exigibilidade do título apresentado pelo agravado deveria ter sido levantada em sede de embargos monitórios, conforme dispõe o § 1º, do art. 702, do Novo Código de Processo Civil, não sendo possível constatar, de plano, nenhuma irregularidade no procedimento monitório e no documento que o lastrou.

Ora, ao recorrente foi dada a oportunidade de demonstrar a inexigibilidade do documento que instruiu a inicial da ação

monitória, contudo, manteve-se silente, permitindo a constituição do mandado executivo.

Ademais, a inexigibilidade do título, relacionada à causa da emissão, somente pode ser oposta ao terceiro portador caso este haja procedido de má-fé, nos termos do disposto no art. 25 da Lei do Cheque (Lei n. 7.357/85), a qual não foi demonstrada nos autos.

Assim, não tendo o recorrente comprovado que o portador do título tenha procedido de má-fé, não há como se afastar a sua exigibilidade. (fls. 1113/1114)

Diante desse contexto, para a segunda e a terceira controvérsias incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente